

Wanchete



Astrologia/exclusivo

O HORÓSCOPO DOS ORIXÃS

BATEAU MOUCHE

O resgate do Barco da Morte

BRASIL/O CHOQUE DO VERÃO

encarte grátis — ABC do Cruzado Novo

■ Aluguéis ■ Salários ■ Dívidas e prestações ■ Poupança ■ Casa própria ■ Tabelas de conversão e de preços



sensacional

AMAZÔNIA A guerra verde

Nova série — Como o Brasil está conquistando sua última fronteira

Reportagem de Miriam Malina
Fotos de J. L. Bulcão

Nos últimos meses, a Amazônia virou assunto de primeira página dos principais jornais do mundo. A maior floresta tropical do mundo, com importante papel no equilíbrio ecológico do planeta, é uma região tão vasta que nem o Brasil conhece direito. Ou, pelo menos, não conhecia. Atualmente, ao norte do rio Amazonas, o governo brasileiro implanta um complexo programa de ocupação (a patrulha de reconhecimento do Exército no rio Uaupés — foto — é a parte visível da ofensiva). Aos poucos, o Projeto Calha Norte, uma rede de quartéis, pistas de pouso, cidades e vilas, se estende ao longo da inóspita fronteira que separa o Brasil das Guianas, Venezuela e Colômbia. Durante cinco semanas, os repórteres de MANCHETE percorreram cerca de 16 mil quilômetros, voaram 40 horas, testemunharam a polêmica demarcação das áreas indígenas e viram de perto como vivem garimpeiros, soldados, índios, missionários, aventureiros, contrabandistas e traficantes. Acompanhe esta tentativa de decifrar o novo desafio da Amazônia.

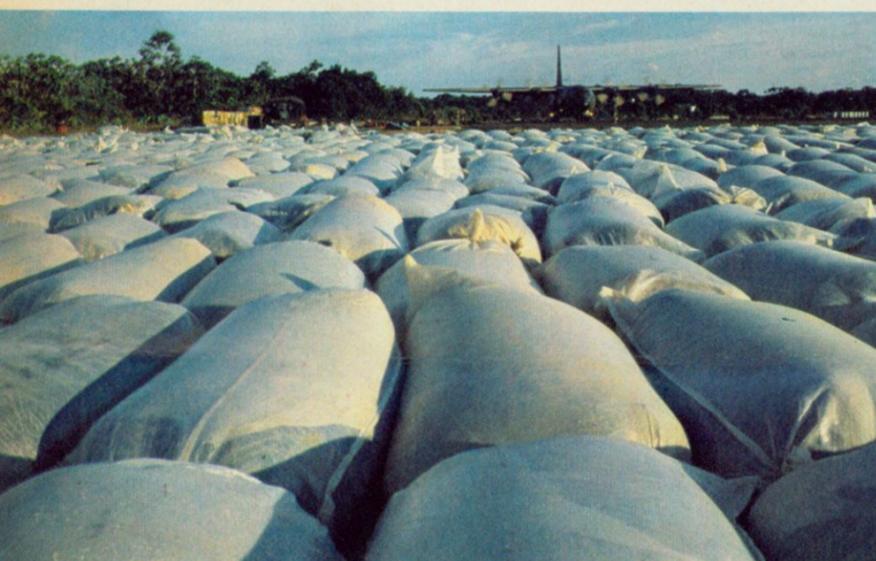
SEGUIE

AMAZÔNIA A GUERRA VERDE





Uma índia e seu filho aguardam sentados no meio da pista o avião da FAB; os vôos não têm horário definidos, dependem do tempo. A via aérea é a estrada da fronteira.



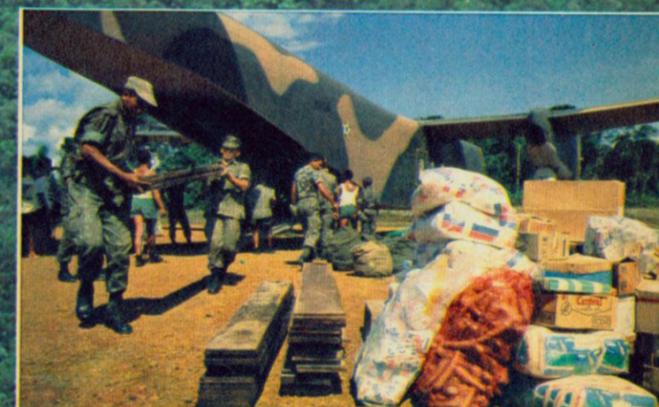
Os sacos de asfalto serão embarcados no gigantesco Hércules: a carga irá de São Gabriel da Cachoeira para Iauaretê, para a construção de mais uma pista de pouso.



Pedro Nejelski, 2º sargento do 5º Batalhão Especial de Fronteiras, com a família, a caminho, a pé, da unidade onde vai trabalhar: uma cena comum na região sem transportes.

UMA LEI DA SELVA: A FAB É A MENOR DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS

O helicóptero da FAB sobrevoa a montanha dos Sete Lagos, próximo a Maturacá, no Amazonas: ali está a maior reserva do mundo de nióbio, o metal do século 21, matéria-prima dos supercondutores. A FAB transporta desde botão até as telhas da casa. E a banda de música do pelotão de São Gabriel da Cachoeira levanta a moral da tropa, que marcha para uma inauguração. São Gabriel é o ponto base dos pelotões de fronteira.





UM DIA É DA CAÇA, OUTRO DA SUCURI: A MISSÃO FOI SIMULADA MAS A COBRA É REAL

A tropa, no Calha Norte, deve ser de elite e estar preparada para tudo. Lá o *inesperado* é rotina. Como, nesse dia, num iguapé da Amazônia, quando os soldados se defrontaram com uma sucuri de 4,50m. A cobra foi recrutada para o zôo do batalhão.



**O RIO NEGRO
É UMA AVENIDA:
A VIDA
FLUTUA EM
SUAS ÁGUAS**

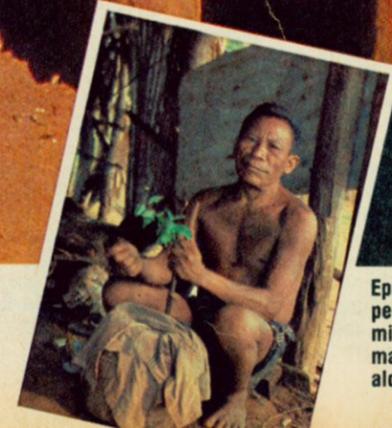
Em São Gabriel da Cachoeira, as crianças brincam às margens do rio Negro, indiferentes à beleza do arco-íris, espelhado na chuva. Na região, os contrastes são muitos: os caboclos jovens, descendentes de índios, usam os óculos escuros e camisetas coloridas típicas dos garotões da Zona Sul carioca. Mas a noivinha, fiel ao branco, ainda chega de barco na hora do casamento.





EM IAUARETÊ, UMA CENA DO BRASIL COLÔNIA: AS MISSIONÁRIAS CATEQUIZAM AS ÍNDIAS

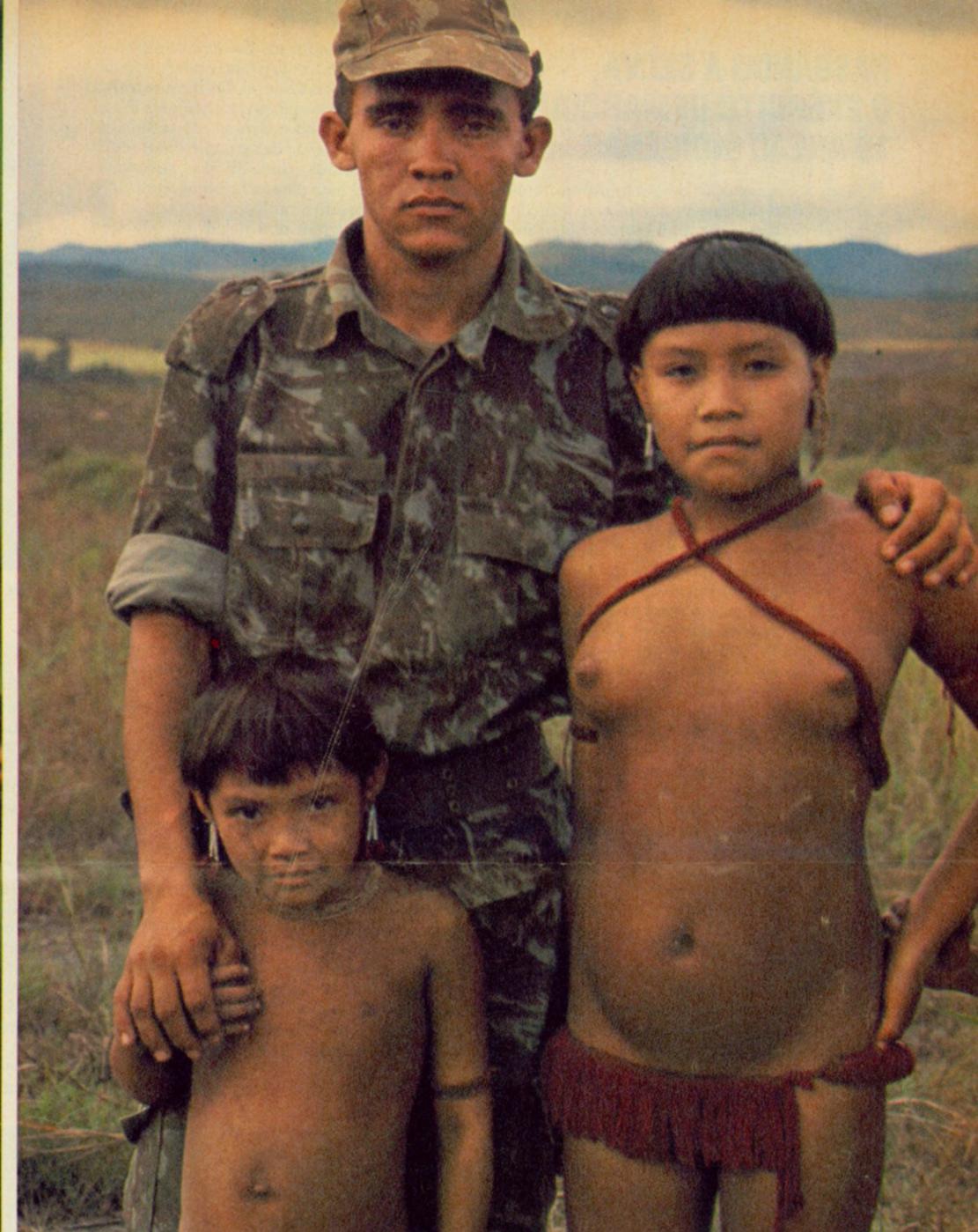
Na linha de frente da ofensiva religiosa, as missionárias salesianas convertem as comunidades indígenas. Nas aldeias tucanas, elas ensinam as índias a lavar roupa, escrever, ler, fazer artesanato e, principalmente, a andar vestidas.



OS MAKUS AINDA MANTÊM O HÁBITO CULTURAL DE CONSUMIR EPADU

As crianças makus de Santo Atanázio se integraram aos costumes da sociedade branca, mas continuam influenciadas também pelos hábitos dos índios mais velhos, que não abandonam o epadu.

Epadu é a coca brasileira. Os índios makus usam a folha do epadu (exibida pelos tuxauas) depois de socada no pilão com cinzas de imbaúba. Da mistura das duas resulta um pó verde que, colocado no canto da boca, mantém seu *universo mágico* e lhes dá mais energia para as atividades da aldeia. Eles vivem na Cabeça do Cachorro.



Nos batalhões da fronteira, o índio troca a tanga pela farda: o *tucano* recebe um *beijo* da arara; com o soldado Ceará, Sami, ianomami de 13 anos, é a mascote do pelotão de Surucucu, onde brinca com um curumim; o soldado maku sempre foge para visitar a família; e, com Ceará, o ianomami Grilo.

NOS CONFINS AMAZÔNICOS, A OFENSIVA DO PROJETO CALHA NORTE

Já começou. Desde o início de dezembro, helicópteros da FAB vêm lançando homens do Exército, que descem por cordas (de rapel) até o chão de matas tropicais úmidas e acidentadas, para abrir clareiras próximas à fronteira do Brasil com a Venezuela e demarcar oito milhões e duzentos e dezesseis mil hectares de terras. Essa delimitação inclui 19 áreas indígenas, isoladas entre o Parque Nacional do Pico da Neblina e duas florestas nacionais, para possibilitar, entre outras coisas, a entrada organizada dos garimpeiros que costumam inva-

dir a região. Trata-se nada mais, nada menos, do Plano de Ação Ianomami. Ele foi deflagrado em regime de urgência pelo Projeto Calha Norte.

Concebido pelo Conselho de Segurança Nacional (hoje Secretaria-Geral de Assessoramento do Conselho de Defesa Nacional), para vigiar, ocupar e colonizar os confins amazônicos fronteiriços, não só com a Venezuela como também com a Colômbia e Guianas, o Calha Norte tem muitos dos seus aspectos criticados por indigenistas, missionários progressistas, antropólogos e várias entidades brasileiras e internacionais, mobilizados, há anos, na luta pela criação de um território de áreas contínuas para os ianomamis — o maior grupo de índios primitivos na América do Sul (seus domínios se estendem pelo solo venezuelano). O plano de ação traçado com a assessoria da Funai é contestado, por exemplo, pelo Conselho

Indigenista Missionário (CIMI) e pela própria Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB).

Para os militares embrenhados na Amazônia, para viabilizar o projeto orçado em 11 bilhões de cruzados do orçamento/89, com a participação de vários ministérios, superintendências e secretarias estaduais (do Amazonas e Roraima), essa posição não pesa, pois a delimitação é apenas um detalhe diante da proposta do Calha Norte. Mostram-se convencidos de que desempenham uma missão nacionalista, levando o progresso tecnológico e a civilização para as terras ocupadas pelos primitivos ianomamis, os aculturados macuxis roraimenses, os escolarizados tucanos e os humildes makus, da serra de Santo Atanázio, e outros índios isolados ou não de povoados e pequenas cidades fundadas por missionários que lá chegaram para catequizar o gentio pagão.

SEGUE



RASGANDO A SELVA, O EXÉRCITO DEMARCOU 19 ÁREAS INDÍGENAS

Afinal, a confirmação de ouro, urânio, nióbio e outras riquezas minerais, a invasão de garimpeiros, a atuação de mineradoras, o interesse de grupos multinacionais, o narcotráfico envolvendo índios brasileiros e guerrilheiros colombianos (M-19) sinalizaram, para as autoridades do serviço de informações do Palácio do Planalto, a necessidade da ocupação militar da área — em nome da soberania e integridade desse longínquo território nacional.

Assim, *Hércules*, *Búfalos* e *Bandeirantes* da Força Aérea Brasileira vêm descarregando soldados e mantimentos para munir os dois batalhões de fronteira em Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira, e onze pelotões especiais em Bonfim, Normandia, Paracaima, Ericó, Auaris, Surucucus, Maturacá, Cucuf, São Joaquim, Querari e Iauaretê. Com exceção da capital de Roraima e São Gabriel da Cachoeira (no Amazonas), com infra-estrutura de pequena cidade, as outras localidades não passam de aldeias ou precários povoados administrados por um *quartel*, um posto da Funai ou uma missão religiosa católica ou protestante. E para onde tudo é transportado pela FAB: material de construção, asfalto, remédios, roupa, cebolas, legumes, açúcar, feijão, arroz, carne seca e enlatados. Em Iauaretê, um vilarejo com construções missionárias na beira do rio Uaupés, próximo à foz do Papuri, bem na boca da chamada Cabeça do Cachorro (configuração do desenho da região no extremo norte do Estado do Amazonas, no mapa do Brasil), um episódio dá uma leve idéia do impacto do Calha Norte sobre o povo nativo.

Um soldado maku fugira para Santo Atanázio mato adentro nove horas a pé (nove minutos de avião). A patrulha chega na aldeia para apanhá-lo de volta. O índio se joga sorrindo, mesmo em posição de sentido e continência, nos braços do tenente. Apresenta, várias vezes, todos a todos, e promete à família que na próxima fuga vai levar presentes. Sai de braço dado com o tenente, um jovem voluntário na missão de fronteira. Os makus, que há 10 anos andavam nus, já usam farda. Suas palhoças abertas, cobertas de folhas de palmeira-caranã apoiadas apenas em quatro ou seis postes de pau, ganharam paredes de taipa e telhados de zinco desde que os missionários salesianos resolveram *tucanizá-los*. Ou seja, aculturá-los à semelhança dos *índios do rio*, que há duas gerações vêm se formando no segundo grau escolar, nos internatos da missão. A aldeia Santo Atanázio hoje é uma espécie de povoadozinho caboclo, com escolinha e capela. Denominados pelos tucanos como *índios da floresta* e tradicionalmente obedientes aos *índios do rio*, os makus aceitam com naturalidade a presença do Exército nos seus antigos domínios. Afinal, os líderes tucanos aderiram ao Calha Norte, concordando, inclusive, com a divisão das suas terras, antes contínuas, em Pari-Cachoeira. Em troca, a promessa do monopólio da mineração, da exploração da madeira e da agropecuária nas três colônias indígenas demarcadas. Já integrados à idade do vídeo e grandes negociadores, os tucanos ficaram conhecidos também por comercializarem o epadu (a coca brasileira), cultivado pelos makus, com os produtores de cocaína colombianos de Terezita, Monfort, Piraquara e Aquariquara — no alto Papuri.

Na verdade, não havia qualquer crime nessa atividade, contida de seis anos para cá pelas investidas da Polícia Federal. Da mesma forma que são incentivados pelos padres e pela Funai a produzir artesanato e farinha em grande escala (elementos de sua cultura que eram feitos por eles na medida exata de suas necessidades), por que não plantar e comercializar o epadu? Isolados do mundo, apesar de escolarizados, os índios não têm noção do que seja realmente o tráfico de cocaína e muito menos do poderio da máfia internacional. Depois de *civilizados* e formados no segundo grau, é normal que queiram levar a vida igual à do branco. E, para isso, precisam de dinheiro. Roupas bonitas, sapato, relógio, rádio, televisão, vídeo, som e barco a motor custam caro. Em Iauaretê e até mesmo em São Gabriel da Cachoeira, quem não arranja emprego de professor nas missões, de servidor na Funai ou no Batalhão do Exército, ou se elege vereador, vai ser empregado doméstico. Se parte para Manaus, pelo despreparo para competir no mercado de trabalho, acaba explorado como mão-de-obra miserável e em péssimas condições de vida. O melhor negócio, pelo que tudo indica, é garimpar ou acreditar no Calha Norte. O projeto prevê para a região do alto Rio Negro investimentos para a reforma e a construção de escolas, hospitais, barcos sanitários, centrais de abastecimento, rede de esgotos, nivelamento de rios para a extensão e a perenização da navegação, projetos agrícolas, criação de peixes, pecuária confinada, geradores, bancos, pontes, estradas e represas...

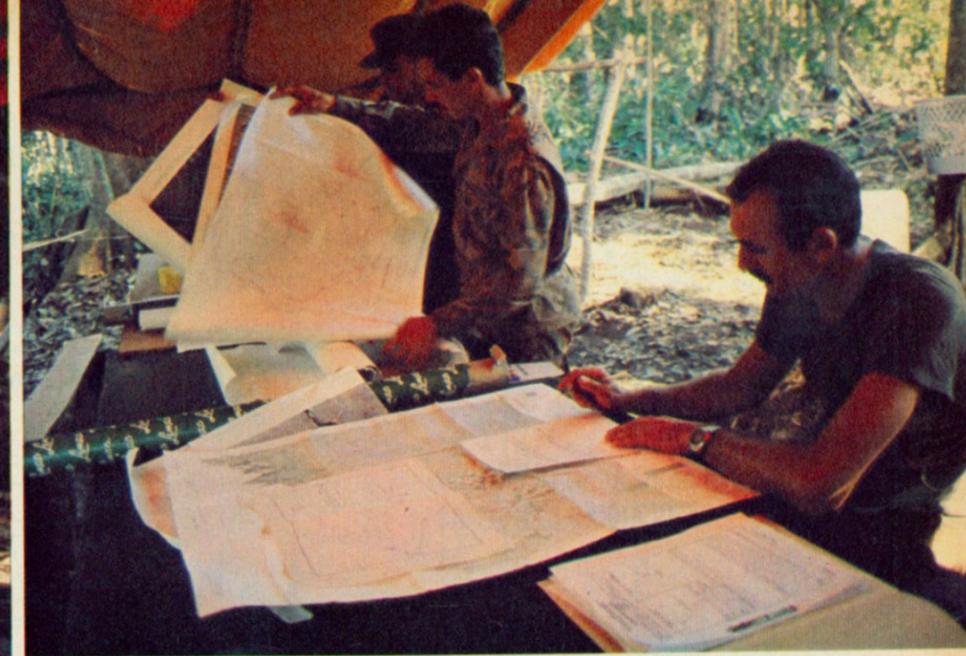
As margens das corredeiras de águas escuras (mas limpas) do rio Uaupés, afluente do rio Negro, São Gabriel da Cachoeira é uma espécie de capital desse território um tanto mágico, administrado hoje pelo Calha Norte. O contato com os costumes dos grandes centros urbanos vai sendo enquadrado na vida dos habitantes (cerca de 30 mil), que têm acesso às telinhas dos aparelhos de televisão. E o reinado da missão salesiana vai sendo corroído pelas beiradas, apesar da construção ostensiva da igreja e do internato sobre o penhasco mais alto da cidade de ruas tortuosas e de terra arenosa. Ao catequizarem os índios, submetendo-os a regras rígidas e acenando-lhes com vantagens materiais, os missionários vão perdendo sua influência sobre eles, à medida que os novos colonizadores (os militares) chegam



Os oficiais do acampamento de Maturacá vieram de



Brasília para demarcar as áreas indígenas de Roraima e Amazonas. Transportados por helicópteros, eles abrem clareiras na selva e traçam os limites das reservas.



mais bem equipados e oferecendo modernidades mais sedutoras. Com *A Bela Adormecida* ao fundo, uma montanha vista a quilômetros de distância com seios, nariz e cabelos de pedra dominando a paisagem, Uaupés (como era chamada São Gabriel) recebeu os salesianos, em 1916, já tendo abrigado jesuítas, franciscanos, carmelitas e capuchinhos, todos exploradores do rio Negro desde o século 15.

Há quase 80 anos na área, os salesianos propiciaram a manutenção da economia regional, que gira em torno do extrativismo da piaçava, sorva e cipó, mantida por uma população formada por 95% de índios tucanos, barés, teçanos, tuiucas, iataquias, baraçanas e baniguas. E curiosamente se responsabilizam pela proeza de terem transformado São Gabriel da Cachoeira em um dos municípios mais alfabetizados do país.

A cidade tem prefeitura, câmara de vereadores, Funai, 5º BEF, 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia e Construção, Sucam,

Teleamazon e Correios. Está equipada com agências do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Amazonas e um pequeno hospital. As comunidades indígenas fluem de Iauaretê, Querari, São Joaquim, Pari-Cachoeira e Maturacá para fazer compras no centro comercial da antiga Uaupés, abastecido pelos regatões que navegam pela bacia do rio Negro na época da cheia: de março a novembro (durante a seca, o transporte de qualquer material depende dos aviões da FAB). Mas o desenvolvimento, mesmo acanhado, da cidadezinha acabou fornecendo outro tipo de integração: comerciantes, militares, índios, indigenistas, políticos, mineradores, garimpeiros e jornalistas — que periodicamente desembarcam na área à cata de informações — se encontram pelos bares e casas noturnas especializadas, no momento, em *lambada* e drinques nativos. É claro que há os redutos da classe média e da classe mais popular.

Mas nas fraldas e vertentes do grande maciço da serra do Parima, em Roraima, e na

fronteira do Amazonas com a Venezuela, a história é diferente. A região é habitada pelos ianomamis. Eles se concentram mais ao norte, nas terras roraimenses, numa área praticamente virgem, com elevações de encostas abruptas, alguns platôs escarpados e vales estreitos, onde correm cursos d'água encachoeirados. Já ao sul, na faixa amazônica balizada pela Perimetral Norte, o terreno é mais suave, com elevações de menor porte, maciços isolados e vales largos irrigados por rios piscosos.

Amata cobre toda a região. Entretanto, existem campinas no topo de alguns platôs que sobressaem na massa florestal. Estes descampados, cobertos com vegetação rasteira e mirrada, indicam solo pouco profundo e rico em minerais. Em contrapartida, evidenciam um terreno de baixa fertilidade agrícola. Mesmo assim os ianomamis têm conseguido extrair (por séculos a fio) uma subsistência satisfatória, sem pôr em risco o precário equilíbrio ecológico da região. Daí os espaços aparentemente vazios entre as aldeias distantes uma das outras. Para sobreviverem num meio ambiente pobre em solos cultiváveis e de frágeis recursos faunísticos, os ianomamis se conservam seminômades. A cada três ou cinco anos, eles transferem suas malocas para novos locais da floresta, deixando os antigos em fase de pousio para o rejuvenescimento do solo, fauna e flora. Daí os antropólogos ressaltarem que o território ocupado pelos ianomamis não pode se limitar ao local e imediações das aldeias, sob pena de comprometer a sobrevivência física e cultural desse grande grupo indígena.

Ignoradas por muito tempo, com a abertura da BR-210 (Perimetral Norte) e os resultados do Projeto Radam, nos anos de 1974/75, as áreas dos ianomamis passaram a despertar o interesse pelas reservas mineralógicas, particularmente da serra dos Surucucus. Esses fatos tiveram grande repercussão, provocando uma reação da imprensa nacional e internacional em defesa do maior grupo étnico ainda isolado, no Brasil, vivendo sua cultura tradicional quase que integralmente. Afinal, até então tinham contato apenas com expedições científicas, missionários, comissões de limites, militares da FAB e do Exército. E, raramente, com *gateiros* (caçadores) e coletores de piaçava, sorva e balateiros. Em 1977/78, foram delimitadas 21

áreas diminutas e descontínuas, deixando entre elas corredores que facilitaram o acesso e a infiltração de garimpeiros, colonos e aventureiros. Essa invasão descontrolada de pessoas estranhas contaminou muitos ianomamis com moléstias para as quais seu organismo não tem defesas. Algumas aldeias foram praticamente dizimadas e outras resumidas a um bando de índios doentes e abatidos, mendigando junto à estrada e aos acampamentos dos homens brancos. Em 1982, a Funai elegeu, como medida preventiva, uma área contínua de aproximadamente 7.700.000ha sem considerar certas áreas anteriormente reconhecidas como de ocupação indígena. Por uma portaria de janeiro de 1985, ela passou a reconhecer uma área de 9.419.108ha para o Parque Indígena ianomami.

Em setembro de 1988, uma outra portaria declarava de posse permanente dos índios cerca de oito milhões de hectares, constando a divisão em 19 áreas descontínuas apenas "para efeito administrativo". A última, editada em novembro, pós-Constituição, anulou esses limites, considerando posse indígena somente as 19 áreas, que, segundo a Comissão Episcopal da Pastoral da CNBB, reduziu em 70% o território ianomami, garantindo aos índios apenas a preferência no uso dos recursos naturais do Parque Nacional do Pico da Neblina e duas florestas nacionais. Ou seja, uma situação aparentemente irreversível, já que a ação foi desencadeada. Começou por Maturacá e passou para Surucucus em direção a Uauaris, Uaiacá, Cutaiba, Palimíu, Acapurall, Ericó, Mucacajá, Demini, Jundiá, Catrimani, Ajuricaba, Curupira, Toototobi, Marari, Marauíá, Apuí e Balaio. Segundo a Funai, houve um levantamento prévio sócio-econômico-cultural dessas áreas, aldeia por aldeia visitada, constatando nove mil e novecentos e dez índios — 400 maiongons e o restante da nação ianomami. Encantados com as fardas e vacinados pelos contatos amigáveis, esporádicos e assistenciais da FAB, os índios enxergam os militares com simpatia. Os ianomamis não têm noções do que seja o Brasil e muito menos da existência de um governo federal em Brasília; eles não têm a menor idéia do que é melhor ou pior para o seu próprio futuro.



O pastor protestante faz seu trabalho de evangelização em Iauaretê, com as crianças ianomamis: é a palavra de Deus no Calha Norte.



Haroldo Zaluar

Superintendente da 5ª Regional da Funai (Acre, Amazonas e Roraima), Celmo Alencar reconhece que, de acordo com o código florestal, não apenas os índios como também os garimpeiros poderão utilizar as florestas nacionais, demarcadas pelo Plano de Ação Ianomami. “Para isso, os garimpeiros terão de se organizar em cooperativas, sindicatos e associações. Pela nova Constituição, eles ficam proibidos de entrar em áreas delimitadas exclusivamente como terras indígenas.” Celmo Alencar é favorável à convivência de índios e garimpeiros, desde que pacífica. “Essa convivência tem influenciado o índio numa atividade, não peculiar, de extrativismo mineral, criando possibilidade de ele adquirir tecnologia de ponta e suas próprias cooperativas. Há o exemplo dos maiongons, que há anos vêm garimpando numa atividade produtiva.” Refratário a esse tipo de argumento, o CIMI equaciona os hectares reservados para o Parque Nacional do Pico da Neblina (1 milhão e 872 mil), para as duas florestas nacionais (3 milhões e 909 mil) além dos 800 mil dos corredores ocupados pelos 20 mil garimpeiros que invadem a área. Com isso, dos oito milhões e duzentos e dezesseis mil hectares que estão sendo demarcados, sobram para os ianomamis 2.880 mil, retalhados em 19 ilhas.

A Comissão pela Criação do Parque Ianomami (CCPI) acusa a Funai de ter criado uma multiplicidade de situações legais, que, sob o pretexto de proteger o meio ambiente, irão viabilizar a exploração dos recursos das terras indígenas. Por enquanto, os militares do Calha Norte estão mais preocupados em retirar os garimpeiros para demarcar aquele território do que em polemizar a questão. Planejam, inclusive, uma estratégia: impedir o embarque

NO MAPA DA DEMARCAÇÃO, QUEM É QUEM NA TERRA DOS ÍNDIOS

O Exército está demarcando oito milhões e duzentos e dezesseis mil hectares de terras. Para os ianomamis, estão reservados cerca de três milhões de hectares, divididos em 19 ilhas.

de viveres, através do controle dos aviões, para os garimpos. Se não der certo, a retirada será “na marra”. Ao percorrer algumas grotas clandestinas, os repórteres de MANCHETE receberam o recado: se isso acontecer, “os garimpeiros tocarão fogo em Boa Vista, capital de Roraima”.

Ao entardecer, Boa Vista, ou melhor, seu centro comercial, fervilha. Tudo bem no espírito de Macunaíma. Centenas de papatamos (pequenas aeronaves) coalham o céu, numa disputa inquietante, para ver quem pousa primeiro, porque passado um minuto das seis horas da tarde é proibido aterrissar. Quem ultrapassar paga multa brabíssima. Não há perigo. Todos já estão acostumados a não estourar esse limite, de olho, principalmente, no horário das lojas de compra de ouro. Bem iluminada, mostra a efervescência das centenas de garimpeiros ligados na cotação do ouro do dia. Depois, a maioria se dirige para os cabarés da cidade. Fortunas são gastas, vidas se arriscam em constante perigo: tudo na febre da cobiça. O lucro transformou o aeroporto da cidade num dos mais movimentados do país. São mais de 200 decolagens e pousos diários. O cômputo é de mais de 300 aeronaves operando por toda Roraima, única e exclusivamente a serviço da extração do ouro.

Tanto em Boa Vista como em São Gabriel da Cachoeira — os dois pólos irradiadores do Calha Norte —, o problema mineral é muito maior do que aparenta. É uma grande corrida, atropelando qualquer sentimento de culpa. O que é mais importante: o ouro ou o índio? De quem é a terra? O que é terra do índio? As autoridades dizem que é o lugar onde o índio mora. Já o CIMI afirma que são os locais por onde o índio anda. As indagações se sucedem, mas, de certa forma, esse conflito é proporcional ao potencial de riquezas imerso na floresta. A Amazônia tem se revelado, nos últimos anos, o principal depositário de recursos minerais do país, incluindo a Cabeça do Cachorro, toda a bacia do rio Negro e parte de Roraima (serra Parima). Em 1975, estudos feitos através de imagens de satélite e radar detectaram nióbio, manganês, fosfato e terras-raras — sem quantificação definitiva — na montanha dos Sete Lagos, entre São Gabriel da Cachoeira e Maturacá. Foram sete anos de trabalho através de sondagens, concluídas em 1982. A partir daí, o Exército propaga a descoberta do maior depósito de nióbio do mundo, com o valor mínimo em torno de 28 bilhões de dólares. Atualmente, o nióbio está sendo utilizado em supercondutores e eletrônica avançada, que, junto com as terras-raras, é considerado o metal do século 21. O

material estratégico, por excelência, do ano 2000.

“Nem um por cento dos recursos minerais foi extraído da Amazônia”, revela o geólogo João Orestes Schneider Santos, da CPRN (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), empresa estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Schneider, conhecedor da região, onde desenvolve inúmeros programas de pesquisa mineral, vê o ouro, no entanto, como o fio do pavio. Foi descoberto, até hoje, apenas o ouro aluvionar, garimpável, que está muito próximo da superfície — desde o rio Içana, no extremo noroeste (Cabeça do Cachorro), passando pela região do Pico da Neblina, rio Guaburi, serra do Padre, até chegar na serra Parima, onde se encontram os principais garimpos do Brasil.

— O importante é que esse ouro representa somente a ponta do iceberg. O ouro primário, de grande potencial, está a milhares de metros de profundidade. A exploração de zonas auríferas, como se tem em várias partes do norte da Amazônia, é a garimpável, de superfície e pouca tecnologia. Mas o ouro mais profundo requer um investimento muito maior e tecnologia sofisticada, como a de Morro Velho, em Minas Gerais e na África do Sul, com minas subterrâneas de dois mil metros de profundidade.

Schneider, além de informar, também faz um alerta: “Quem vai administrar esse potencial mineral? Qual será o encaminhamento dos governos futuros?” Uma coisa é certa: os destinos da vasta fronteira amazônica são traçados nas pranchetas do Projeto Calha Norte. Dos seus rumos, depende o futuro da região.

SEGUE



O General Mário Orlando Ribeiro Sampaio é o comandante militar da Amazônia. O Cel. Antônio Carlos Figueiredo de Almeida é o assistente do Brigadeiro Lino Pereira, que comanda o 7.º COMAR.

PARA OS MILITARES, OS ÍNDIOS ESTÃO INFORMADOS: NÃO HÁ MAIS COMO ISOLÁ-LOS DA CIVILIZAÇÃO

Selva! Este é o grito de guerra do soldado de fronteira, preparado no CIGS (Centro de Instruções de Guerra na Selva), comandado pelo Coronel Bueno, em Manaus, e diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia. Ali, todos os militares de fronteira, como as centenas de civis — são admitidos em cursos especiais comissários de bordo, escoteiros, pessoal da Petrobrás, da Polícia Federal, guias turísticos, jornalistas — se preparam para desvendar os segredos de sobrevivência na selva. Além de chegarem ao final do curso, todos, com corpo de ginasta olímpico. O CIGS é uma área de cinco BIs (Bases de Instrução), míniuartéis, na selva, onde os soldados são testados em combates simulados, próximos o mais possível da realidade. São exercícios de uma situação extrema, aferindo a capacidade de resistência humana, para se saber até que ponto pode exigir de si mesmo, tendo noção de quanto exigir do outro. São dez semanas que muitos militares estrangeiros convidados, que nunca viram isso antes, estranham. Pela agressividade do ambiente da selva, o perigo constante de cobras venenosas é o medo maior. Nessa fase se aprende a técnica de sobrevivência, preparação de alimentos, caça, tiro, obtenção de fogo, tipos de vegetais para comer, como preparar os animais (cobra, tapuru), pescar e fazer armadilhas, mergulhar e não se perder. Depois, os instrutores começam a racionar os alimentos — todo mundo com fome sai à caça, para aplicar na prática os conhecimentos. Para ganhar pontos, é necessária a apresentação da cabeça dos ani-

mais — são elas que provam a captura. A marcha é dura, os alunos levam tudo nas costas, armas, redes, todo o necessário. Depois, na fase técnico-militar, o *guerreiro* vai aprender a atirar na selva, empregar os meios de comunicação, descer de helicópteros, usar os armamentos e fazer os primeiros socorros. Na fase final, nas últimas três semanas, é a vez dos exercícios táticos.

Para defender as fronteiras, todo cuidado é pouco. O general de Exército, Mário Orlando Ribeiro Sampaio, comandante militar da Amazônia, carioca, filho de militar, 64 anos, é conhecido como um homem de informações. Ele fez parte da antiga Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, no Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFIC), que depois de 64 deu origem ao Serviço Nacional de Informações (SNI), na Av. Presidente Vargas, Rio. “Foi ali que eu comecei.” General de Brigada, com quatro anos de posto, Sampaio foi chefiar o centro de Informações do Exército. Depois de dois anos no Centro, voltou a exercer funções normais de general: “E está aqui a prova, hoje, de que não estou mais em áreas de informações. Embora as acredite necessárias e as considere muito importantes para um chefe que tenha que decidir.”

O comandante militar da Amazônia gosta de Eça de Queiroz, Humberto de Campos, Sidney Sheldon, Guerra Junqueiro, Gonçalves Dias, Castro Alves e de poesia. Ele próprio sempre faz das suas — poesias. É Flamengo, adora Zico, assim como Senna e Piquet. Exímio tocador de gaita

de boca, tem uma alemã, Honner, igual à de Edu da Gaita, de quem era fã: “Só toco quando não me sinto encabulado, porque general e velho *gaiteiro* fica uma coisa meio esquisita.” O comandante ainda não tem sintonizador, só um teclado Yamaha, “para acreditar que sabe tocar”. Mas música de discoteca nem pensar: só *lambada* (que gosta de dançar), Milton Nascimento e Chico Buarque, até o momento em que não *misturam* arte com política. Diz ele: “Mas admito o direito deles, como o meu, de não gostar.” Para o General Sampaio, assim deve ser a democracia: seus netos curtem o *rock pauleira*, enquanto os filhos estão ligados à problemática brasileira. Quanto ao amor, “é a maior invenção que se fez no mundo, a mola da vida. Eu namoro a minha mulher”.

Na verdade, a Amazônia está bem suprida de pessoal de informações. Gente experiente. No conhecimento e operacionalidade. Extremamente simpático, marido de Tânia e pai de três adolescentes, o Coronel Antônio Carlos Figueiredo de Almeida, 44 anos, assistente do Brigadeiro Lino Pereira, comandante do 7.º COMAR — além de A-3 (Alfa-3), o oficial que controla todas as atividades aéreas na área —, também é analista de informações, tem cursos de administração de empresa, informática, estado-maior, superior de comando, prevenção e investigação de acidentes aéreos, tática, aperfeiçoamento, logística e tráfego aéreo internacional. Modesto, é assim que se apresenta: “Entre com 17 anos na FAB, sem parente militar, e minha família não teve influência na minha decisão. Me sinto, primeiramente, muito gente. As vezes fico magoado com essa diferença que maldosamente fazem, achando que o militar seja uma casta. Na verdade, eu sou povo.

Meus pais são muito pobres. Adoro e sou vaidoso da minha profissão, realizado naquilo que faço — sou aviador-militar. Mas me sinto mais aviador do que militar.”

A mira dos militares busca a aculturação. Para eles, quando os índios têm os primeiros contatos com, por exemplo, uma camisa de flanela, geralmente passam a usá-la, pois o tato é mais gostoso e os protege das intempéries e da vegetação. Mesmo sabendo que têm secularmente meios de defesa (óleos, unguentos, urucum contra picadas) que os protegem da onco-cerose, que provoca velhice prematura, e até do frio. Nesse raciocínio, questionam o que é melhor, deixar os índios no primitivismo ou lhes permitir contato com a civilização. Estão convencidos de que os índios gostam de tecnologia e preferem o plástico. Acham que não há mais como preservar o índio isolado. Os militares argumentam que o povo indígena já está mais conscientizado do que seja economia, informado sobre os prazeres e o bem-estar que a sociedade moderna oferece (apesar de ainda olharem para um espelho caleidoscópico como olhamos maravilhados para uma engenhoca japonesa). Atualmente eles têm até São Gabriel da Cachoeira como centro irradiador de suas necessidades de “consumo”. Por isso, os militares duvidam da autenticidade de organismos internacionais, que dão aos índios os principais veículos das informações da sociedade moderna, através, por exemplo, da educação européia de missionários, verdadeiras pontas de lança a mexer com a engenharia e cultura do índio. Já se falou, e muito, dizem os militares brasileiros, numa nação indígena independente. Mas uma *nação* montada em cima de jazidas minerais — ouro, principalmente — desperta dúvidas quanto a seus propósitos.